



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0601446-57.2022.6.02.0000

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) - 0601446-57.2022.6.02.0000 - Maceió - ALAGOAS

RELATOR: Desembargador SERGIO DE ABREU BRITO

RESPONSÁVEL: ELEICAO 2022 DAIANE MARIA CORREIA DE SOUZA GUIMARAES DEPUTADO ESTADUAL, DAIANE MARIA CORREIA DE SOUZA GUIMARAES

Advogado do(a) RESPONSÁVEL: ALISSON DE VASCONCELOS LIMA - AL9124

Ementa.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. CANDIDATO. DEPUTADO ESTADUAL. AVALIAÇÃO PRÉVIA DAS CONTAS. FALHAS CONSTATADAS. DILIGÊNCIAS SUGERIDAS PELA COMISSÃO DE EXAME DAS CONTAS DE CAMPANHA. INEXISTÊNCIA DE COMPROMETIMENTO DA REGULARIDADE DAS CONTAS. ERROS FORMAIS. PRECEDENTES DO TSE. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em aprovar com ressalvas as contas do/a candidato/a DAIANE MARIA CORREIA DE SOUZA GUIMARÃES, nos termos do art. 30, II da Lei das Eleições e art. 74, II da Res. TSE nº 23.607/2019, conforme voto do Relator.

Maceió, 23/10/2023

RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas, referente à campanha eleitoral 2022, de DAIANE MARIA CORREIA DE SOUZA GUIMARÃES, candidato/a ao cargo de Deputado Estadual.

O/A Requerente guarneceu os autos com diversos documentos.

Publicado edital para ciência aos interessados, não houve nenhuma impugnação no prazo legal, conforme certificado nos autos.

Ao analisar o feito, a Seção de Contas Eleitorais e Partidárias do TRE/AL realizou diligências junto ao/à candidato/a em tela, que apresentou documentos e justificativas para sanear as falhas/omissões apontadas pela unidade técnica do TRE/AL.

Após, aquela unidade técnica emitiu parecer conclusivo pela aprovação das contas com ressalvas.

Oficiando nos autos, a Procuradoria Regional Eleitoral de Alagoas endossou o parecer técnico, ou seja, pronunciou-se pela aprovação com ressalvas das mencionadas contas de campanha.

É o Relatório.

VOTO

O presente feito traz à apreciação deste Tribunal a prestação de contas de campanha do pleito de 2022 de DAIANE MARIA CORREIA DE SOUZA GUIMARÃES, postulante ao cargo eletivo de DEPUTADO

ESTADUAL.

Cabe ressaltar que, de acordo com a Lei nº 9.504, regulamentada pela Resolução TSE nº 23.607/2019, os candidatos devem prestar contas à Justiça Eleitoral dos seus gastos e receitas de campanha.

Segundo a Seção de Contas Eleitorais e Partidárias do TRE/AL, mesmo após o saneamento do feito, restaram identificadas falhas na prestação de contas do/a candidato/a.

De início, cabe distinguir o que sejam impropriedades e irregularidades. Para tanto, reproduzo o teor dos parágrafos 2º e 3º do art. 36, da Resolução TSE nº 23.546/2017:

§ 2º Consideram-se impropriedades as falhas de natureza formal das quais não resulte dano ao erário e outras que não tenham potencial para conduzir a inobservância da Constituição Federal ou a infração de normas legais e regulamentares.

§ 3º Considera-se irregularidade a prática de ato que viole a Constituição Federal, bem assim as normas legais ou estatutárias que regem as finanças dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

As impropriedades apenas conduzem ao julgamento das contas com ressalva, uma vez que são considerados vícios formais ou materiais de pequena monta, sem relevância para comprometer a lisura e a transparência das contas partidárias.

As irregularidades, por sua vez, podem comprometer a integridade das contas, por ter, via de regra, natureza grave, podendo, em certos casos, ensejar a desaprovação das contas.

Acerca da/s falha/s detectadas, transcrevo o que ficou consignado no parecer do Ministério Público:

(i)

De acordo com o parecer, após a realização de diligências, subsistiu uma impropriedade na prestação de contas em análise, a qual não possui aptidão para comprometer a sua regularidade, in verbis:

11. O item 10 do Parecer Conclusivo Id 10046060, considerou que a não apresentação de amostras do

material produzido pelo fornecedor Art. Screen com vistas à comprovação da regularidade dos gastos eleitorais uma irregularidade, indicativa de desaprovação e de devolução do recurso gasto e não comprovado.

Análise dos Documentos: A prestadora acostou imagens nos Ids. 10051460, 10051461, 10051462, 10051463 e 10051465. No entanto, apenas na página 8 do documento Id. 10051461 foi possível verificar os CNPJs da prestadora e do fornecedor dos serviços. Assim, consideramos que apesar da quantidade de material apresentada, a inconsistência foi apenas parcialmente cumprida, restando uma impropriedade nas contas da candidata.

12. Em conclusão, fundamentada na impropriedade do item 11, opinamos pela APROVAÇÃO COM RESSALVAS das contas de campanha da candidata a deputada estadual pelo PC do B/AL, DAIANE MARIA CORREIA DE SOUZA GUIMARÃES.

Nesse cenário, portanto, é desautorizada a rejeição das contas, como

expressamente orienta o artigo 30, II e §2º-A, da Lei das Eleições:(...)

Realmente, ficou demonstrado que a candidata conseguiu provar, por meio de amostras, a contratação de material gráfico de campanha, embora não tenha cumprido por completo a diligência que lhe fora requisitada pela unidade técnica do TRE/AL. Contudo, essa omissão, no caso, não foi grave.

Pois bem, após a devida análise dos autos e conforme contido no parecer técnico, constata-se a presença de falhas que, analisadas em conjunto, não comprometem a regularidade e transparência da contabilidade apresentada e que não ensejam a rejeição das contas.

Em que pese a ocorrência dessas falhas formais, os valores devidos foram pagos aos fornecedores e as despesas de campanha foram devidamente realizadas e quitadas.

Nessa linha, destaco o que disposto na Lei das Eleições:

Art. 30. A Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas de campanha, decidindo:

(...)

II - pela aprovação com ressalvas, quando verificadas falhas que não lhes comprometam a regularidade;

(...)

§ 2º Erros formais e materiais corrigidos não autorizam a rejeição das contas e a cominação de sanção a candidato ou partido.

§2º-A. Erros formais ou materiais irrelevantes no conjunto da prestação de contas, que não comprometam o seu resultado, não acarretarão a rejeição das contas. (destaquei)

Diante do exposto, sem maiores delongas, entendo que as falhas apontadas não comprometem o exame da regularidade financeira, mantendo-se a confiabilidade das contas apresentadas, restando evidenciado que não houve arrecadação e nem gastos ilícitos de campanha e destacando-se que todas as receitas e despesas transitaram pela conta bancária e todos os gastos foram comprovados.

Desse modo, na linha dos pareceres técnico e ministerial, voto pela aprovação com ressalvas das contas do/a candidato/a DAIANE MARIA CORREIA DE SOUZA GUIMARÃES, nos termos do art. 30, II da Lei das Eleições e art. 74, II da Res. TSE nº 23.607/2019.

É como voto.

Des. Eleitoral SÉRGIO DE ABREU BRITO

Relator